


“Levante a voz pela Amazônia”: a organização argumentativa da mensagem da CNBB sobre a devastação da Amazônia

Mônica Santos de Souza Melo

Professora Doutora da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil

Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq

 orcid.org/0000-0002-6502-9280

Resumo: O presente artigo visa analisar a organização argumentativa da nota da CNBB “Levante a voz pela Amazônia”, para identificar como nela se dá o discurso da Igreja Católica pela preservação do meio ambiente e das populações vulneráveis da região amazônica. Tal nota se insere no esforço histórico dessa instituição de contestar a política neoliberal, as desigualdades e agressões aos oprimidos e ao meio ambiente e se alinham às diretrizes do Concílio Vaticano II e, mais recentemente, às orientações do Papa Francisco. Nossa análise adotará como referencial teórico e metodológico a Teoria Semi linguística do Discurso, de Patrick Charaudeau, especificamente as categorias pertencentes ao modo de organização argumentativo. Essa investigação nos permitiu identificar um posicionamento que deixa claro que a devastação da Amazônia é um fato decorrente da ação humana. Há também um engajamento em relação à necessidade de mobilização da população e das autoridades em defesa da Amazônia.

Palavras-chave: Discurso religioso. Argumentação. CNBB. Amazônia.

Abstract: This paper aims to analyze the argumentative organization of the CNBB note “Raise your voice for the Amazon”, in order to identify how the discourse of the Catholic Church for the preservation of the environment and of the vulnerable populations in the Amazon region takes place. This note is part of the historic effort of CNBB to contest the neoliberal politics, the inequalities and aggressions against the oppressed people and it harmonizes with the guidelines of the Second Vatican Council and, more recently, to the directions of Pope Francis. We will adopt the framework of Charaudeau’s Semi linguistic Discourse Theory, specifically the categories belonging to the argumentative mode of organization. This investigation allowed us to identify a position that considers that the devastation of the Amazon is a fact due to human action. There is also an engagement regarding the need to mobilize the population and the authorities in defense of the Amazon.

Keywords: Religious discourse. Argumentation. CNBB. Amazonia.

i Este trabalho se insere em um projeto que conta com o apoio do CNPq, por meio de Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

Introdução

O Brasil e o mundo têm se mostrado alarmados com o agravamento das queimadas na Amazônia. Dados recentemente divulgados pelo sistema de monitoramento de focos ativos do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)¹ registram, nos primeiros onze dias do mês de setembro de 2019, mais de 8.308 focos de queimadas no bioma Amazônia.

De acordo com os números publicados pelo INPE, comparando-se o nível de queimadas no período de janeiro a setembro de 2019 com o período de janeiro a setembro de 2018, constatam-se no período de 1º de janeiro até 11 de setembro de 2019, 55.133 focos de queimadas. No mesmo período do ano anterior, foram 38.515 focos, o que representa um aumento de 43% em 2019.

A divulgação desses dados, juntamente com pesquisas divulgadas pela NASA que os corroboram, teve uma enorme repercussão não só no país, mas também no mundo, no sentido de se cobrarem das autoridades brasileiras medidas para coibir e combater as causas dos incêndios. As ações do governo, porém, não se mostraram efetivas. Diante de tal cenário, o presidente Bolsonaro questionou a credibilidade do INPE e demitiu seu diretor, Ricardo Galvão. As providências que se seguiram se restringiram a medidas paliativas, tais como o envio de bombeiros e de soldados do exército para combater o fogo na região. O governo federal também publicou um decreto proibindo as queimadas por 60 dias.

Especialistas acreditam que esses incêndios não se devem a razões naturais, como o período de seca na região, mas podem ser atribuídos à intervenção humana, sendo responsabilidade, em grande parte, da atividade agropecuária ilegal, cujos agentes promovem uma degradação da mata “em pé”, na qual a queimada é precedida pela derrubada de árvores, isto é, por uma espécie de limpeza do pasto, por meio de queimada que pode, também, atingir áreas florestais ao redor. Nos dois casos, a área mais regular passa a ser usada para a agricultura e o terreno mais acidentado é destinado à criação de gado. Além disso, acredita-se que os índices altíssimos de queimadas em 2019, que são os maiores da nossa história e representam um aumento de 82% em relação aos números de 2018, têm relação com a política ambiental implementada pelo atual governo. Essa política é considerada desastrosa por

¹ Dados publicados no relatório **Banco de dados de queimadas**. Disponível em: <http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>. Acesso em 27 set. 2019.

especialistas, pois se materializa em ações extremamente nocivas à preservação do meio ambiente, tais como a tentativa de extinção do Ministério do Meio Ambiente e, depois de sua manutenção, a revisão de todas as Unidades de Conservação do país; a proposição de projetos de leis prevendo o fim das Reservas Legais; o enfraquecimento e desprestígio dos fiscais de órgãos de defesa ambiental, tais como o IBAMA; a revisão e isenção de multas ambientais; a demissão do diretor do INPE, após a divulgação dos dados sobre as queimadas na Amazônia, entre outras iniciativas que visam assegurar os interesses do agronegócio em detrimento da preservação do meio ambiente.

Contra tal situação, no entanto, muitas manifestações contrárias, partindo de vários setores, têm se tornado públicas. A população, por meio das redes sociais, manifestou sua indignação; ambientalistas, mídias de informação, políticos, autoridades brasileiras e estrangeiras cobraram do governo brasileiro providências, no sentido de garantir aquilo que é previsto na Constituição, no seu artigo 223, de acordo com o qual: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 1988).

Diante de tal cenário, um dos segmentos da sociedade que se manifestou foi a Igreja Católica. No âmbito internacional, o Papa Francisco se expressou por meio de pronunciamentos públicos, notas oficiais do Vaticano e publicações nas redes sociais. Além disso, Francisco convocou, para o mês de outubro de 2020, o Sínodo da Amazônia, a fim de debater propostas e estratégias para a preservação de sua biodiversidade e das comunidades tradicionais e buscar meios de desenvolver um modelo econômico sustentável. Essa iniciativa coloca o problema ambiental em lugar de destaque na agenda do Vaticano.

Em consonância com a posição assumida pelo Vaticano, no âmbito nacional, a CNBB, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, emitiu, em 23 de agosto de 2019, a nota intitulada “Levante a voz pela Amazônia”, que foi publicada no seu site e compartilhada nas redes sociais por várias entidades e por pessoas comprometidas com a preservação do meio ambiente.

O presente artigo tem como objetivo analisar a organização argumentativa dessa nota, assim como o ponto de vista projetado pela CNBB em torno da questão ambiental no Brasil, a fim de identificar como se dá a construção do discurso da Igreja Católica sobre o tema. Para isso, recorreremos a categorias do modo de organização argumentativo, nos termos da Teoria Semiollingüística do Discurso, de Patrick Charaudeau. Tendo em vista o fato de que a CNBB é uma entidade que norteia os posicionamentos e comportamentos dos católicos no Brasil, cujas notas costumam ser lidas nas missas católicas em todo país, seu posicionamento é relevante no sentido de contribuir para formar opiniões.

Nas seções que se seguem vamos apresentar uma discussão em torno do papel da Igreja como instância de poder na sociedade, abordando também a doutrina social cristã, especialmente em relação à questão ambiental. Em seguida, descreveremos a CNBB, suas atribuições e importância no contexto nacional para, só então, descrevermos e analisarmos a nota publicada por ela. Nossa discussão se insere no âmbito da Análise do Discurso, especificamente, da Teoria Semiollingüística do Discurso, de Patrick Charaudeau, a partir da qual definimos as categorias que serão relevantes para nossa análise, a saber, a encenação argumentativa e os procedimentos discursivos, semânticos e de composição pertencentes ao Modo de Organização Argumentativo do Discurso.

1 Pressupostos teórico-metodológicos

1.1 Teoria Semiollingüística: uma visão geral

Nosso eixo teórico será a Teoria Semiollingüística, de Patrick Charaudeau. A Semiollingüística é uma teoria que se insere no escopo dos estudos discursivos e, como tal, considera o ato de linguagem como o produto de um contexto do qual participam um emissor e um receptor que, por serem pessoas diferentes, podem atribuir a uma expressão lingüística diferentes interpretações.

A Análise do Discurso considera que as unidades das quais a língua se compõe não são autônomas de sentido, mas existem apenas no discurso, ou seja, na totalidade de um ato de linguagem, e sua significação depende de

“filtros de saberes” (CHARAUDEAU, 2008, p. 33) do ponto de vista do enunciador e do interpretante.

Nessa perspectiva, todo ato de linguagem se insere num projeto geral de comunicação que é concebido por um sujeito comunicante, o qual precisa organizar seu discurso em função da situação em que se encontra. Para fazê-lo está subordinado a um espaço de restrições, que compreendem as condições mínimas às quais o ato de linguagem deve satisfazer para que seja válido, e um espaço de estratégias, que corresponde às escolhas que os sujeitos podem fazer na encenação comunicativa. As restrições são estabelecidas pelo contrato comunicacional, que se refere a uma espécie de obrigação convencional de cooperação que liga os parceiros numa finalidade de dizer e que atribui a eles determinados papéis languageiros, definindo as práticas sociolinguageiras em função das circunstâncias do discurso, a partir das quais vão se definir as estratégias a serem adotadas.

As estratégias são fornecidas por princípios de organização da matéria discursiva, os quais Charaudeau (1992) denomina “modos de organização do discurso”. Trata-se de procedimentos de ordem languageira que consistem no uso de certas categorias de língua, ordenadas em função das finalidades do ato de comunicação. Esses procedimentos estão agrupados em quatro modos: (i) o *modo de organização enunciativo*, que se refere aos protagonistas do ato de linguagem, indicando a posição que o enunciador ocupa em relação ao destinatário, ao dito e ao outro; (ii) o *modo de organização descritivo*, que se refere aos procedimentos pelos quais o enunciador identifica, localiza e qualifica os seres por meio de um olhar sobre o mundo que os faz existirem, olhar esse que é limitado pela finalidade da situação e comunicação em que se inscreve; (iii) o *modo de organização narrativo*, que organiza o mundo numa sequência de ações que se sucedem, mas, ao mesmo tempo, se influenciam e se transformam; (iv) o *modo de organização argumentativo*, que constitui um mecanismo que permite ao falante, inserido numa situação que tem finalidade persuasiva, levar o interlocutor a partilhar determinado ponto de vista.

Ao conceber o ato de linguagem do ponto de vista psicossocial, a Semiolinguística procura interpretar a organização discursiva como parte de um conjunto de estratégias pelas quais os indivíduos tentam se influenciar, relacionando o sentido proveniente da categorização referencial (externa)

com o proveniente da categorização discursiva (interna), o que permite identificar os imaginários veiculados pelo discurso.

A ideia de que a fala veicula imaginários e constrói identidades já se encontra nos trabalhos de Bourdieu (1973), quando este ressalta o papel da fala como expressão das condições de existência. Para Bourdieu, a fala revelaria condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos. Também Bakhtin ressalta o valor da palavra como “o modo mais puro e sensível de relação social” (BAKHTIN, 1995, p. 36). Propõe-se, ainda, que os processos que engendram imaginários estão inseridos na comunicação e nas práticas sociais.

É dentro dessa perspectiva que vamos procurar abordar a questão da tomada de posição contrária ou de oposição à determinada situação ou a determinados discursos. Essa oposição se manifesta, em grande parte, através do discurso, e é afetada por restrições históricas e sociais em que o sujeito se insere. Tal perspectiva surge de uma espécie de deslocamento da tradicional visão do sujeito assujeitado de Pêcheux para uma visão do sujeito como alguém submetido a formações ideológicas e discursivas heterogêneas e que pode manifestar uma “tomada de posição” (PÊCHEUX, 2009) frente a essas restrições. Sendo assim, o sujeito pode se identificar plenamente com os “dizeres” das formações ideológicas e discursivas nas quais se inscreve ou pode, por outro lado, divergir dessas opiniões, por meio de atitudes discursivas de separação, tais como distanciamento, dúvida, questionamento, contestação e revolta.

Para Charaudeau (2008), o sujeito é levado a tomar posição com relação à argumentação, adotando, diante do seu próprio quadro de questionamento, posições de não-engajamento ou de engajamento. No primeiro caso, o sujeito escolhe não se implicar pessoalmente na argumentação e mantê-la a distância. No caso do engajamento, o sujeito pode escolher implicar-se no questionamento, que se torna uma controvérsia, na qual outros sujeitos e argumentos são colocados em cena, por julgamentos de valor, denúncias e acusações. Essa é a postura assumida na nota da CNBB que analisaremos nesse trabalho.

1.2 A organização argumentativa na perspectiva semiolinguística

No âmbito da Teoria Semiolinguística, Charaudeau (2008) aborda a questão da tomada de posição ao descrever o chamado “modo de organização argumentativo” que, como vimos acima, comporta um mecanismo que se insere numa encenação argumentativa e visa promover a adesão do interlocutor a determinadas teses. Nessa perspectiva, para que haja argumentação é necessário haver uma proposta ou tese sobre o mundo, defendida por um sujeito que se engaje em relação a essa proposta e que essa seja direcionada a um outro sujeito, alvo da argumentação.

Para esse autor, ao promover uma encenação argumentativa, o sujeito utiliza diversos procedimentos que são ativados em função do seu propósito na situação de comunicação dada e cujo uso tem como objetivo validar a argumentação. Trata-se dos procedimentos discursivos, semânticos e de composição, os quais descreveremos, a seguir, sucintamente, uma vez que neles se identificam as categorias que permitirão a análise do nosso *corpus*.

Os procedimentos discursivos recorrem a categorias linguísticas com objetivo de produzir certos efeitos de discurso e consistem no uso de certas categorias da língua ou de procedimentos de outros modos de organização do discurso (enunciativo, narrativo e descritivo) a fim de produzir efeitos de persuasão. Charaudeau destaca entre esses procedimentos a definição, a comparação, a citação, a descrição narrativa e o questionamento.

Os procedimentos semânticos se baseiam no valor do argumento e dizem respeito aos chamados domínios de avaliação do ético, do hedônico, do pragmático, do estético e da verdade. Esses valores são fundamentados num consenso social e compartilhados pelos membros de um grupo.

Finalmente, os procedimentos de composição referem-se à forma como o conjunto da argumentação é organizado e consistem em distribuir e hierarquizar os elementos ao longo do texto argumentativo.

Nas próximas seções procuraremos identificar e interpretar a utilização desses procedimentos como mecanismos promotores da adesão ao conteúdo da nota em questão. Antes, porém, consideramos importante discutir o papel da Igreja Católica e da CNBB como instâncias de poder na sociedade, tendo em vista que esse papel vai se materializar nas estratégias selecionadas pelo sujeito argumentante da encenação em foco.

2 A Igreja católica como instância de poder: a CNBB

A reflexão a respeito da presença da religião no espaço público nos conduz à questão das relações de poder no âmbito religioso. A esse respeito Lemos (2005) destaca que:

A religião é um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos seres humanos. Ela pode tanto fornecer a explicação e a justificação das relações sociais como construir o sistema de práticas destinadas a reproduzi-las (LEMOS, 2005, p. 28).

O poder da religião está relacionado à sua onipresença e ao fato de proporcionar aos fiéis uma compreensão das relações sociais, a partir de preceitos definidos e mediados pelas diversas igrejas. Sendo assim, é comum que os indivíduos recorram a ela para compreender não apenas seu lugar no mundo, mas também a si mesmos e, a partir daí, balizar valores e comportamentos. Essa influência, que afeta o comportamento moral, ético e político do fiel e, conseqüentemente, a sua própria identidade, é ressaltada pela autora, quando afirma:

É exatamente por trabalhar com questões simbólicas que os discursos religiosos interferem na elaboração e difusão dos símbolos culturalmente disponíveis, dos conceitos normativos, das noções de fixidade e de identidade. Ao interferir na elaboração e difusão destes elementos em conexão com outros campos da cultura, os discursos religiosos penetram no âmago das concepções de vida das pessoas (LEMOS, 2005, p. 127).

A religião é, portanto, uma instância de poder. Para Van Dijk (2008), as relações de poder social pressupõem uma estrutura ideológica e se manifestam na interação, através das ações reais ou potenciais de um grupo pelas quais ele exerce um controle social sobre outro. Esse controle das ações, segundo o autor, pressupõe um controle cognitivo, que inclui desejos, planos e crenças. Assim, a manutenção desse poder social se faz de forma indireta, através de persuasão que, por sua vez, se efetiva por meio do discurso. Esse poder relaciona-se, ainda, ao campo e à extensão dos agentes de poder. Em geral, o poder desses agentes, assim como a extensão de suas ações, se restringe a um domínio social (política, religião, direito), mas pode ultrapassá-lo. É o que acontece com agentes oriundos do campo religioso, que atuam e exercem influência também no domínio político.

Ao longo de toda a sua história, a Igreja Católica vem mantendo diferentes relações com o Estado. Desde o Concílio Vaticano II, um movimento mais progressista vem dando maior espaço a discursos que se opõem a posturas opressoras e que defendem a justiça social e políticas comprometidas com o bem-estar dos mais pobres e marginalizados. No Brasil, muitos movimentos dentro da Igreja procuram assumir esse compromisso e lutar por políticas mais justas de preservação da vida e do meio ambiente.

Nesse contexto, a CNBB assume um papel fundamental, propondo diretrizes para os católicos de todo país, por meio de suas notas, que são divulgadas em eventos oficiais e ganham, atualmente, ainda mais projeção pelos compartilhamentos nas redes sociais. Esse instrumento revela-se relevante no sentido de convencer a população e as autoridades da urgência de algumas atitudes e tomadas de posicionamento.

A CNBB, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, é uma Instituição fundada em 1952, da qual fazem parte os Bispos Católicos do Brasil. Congrega bispos com ideologias heterogêneas, o que fomenta debates sintetizados em notas e documentos que, em função dessa heterogeneidade, podem apresentar certa pluralidade de ideias, por vezes contrárias.

Esse caráter plural das publicações da CNBB se verifica desde os primeiros anos de sua implantação. Cordonha (2011) cita a Declaração emitida em 29/05/64, período em que vivíamos a implantação do regime de Ditadura Militar. Esse documento se compõe, nitidamente, de duas partes: na primeira, há uma espécie de apologia da nova ordem, onde se afirma que as Forças Armadas evitaram a implantação do regime comunista. Na segunda parte, porém, os bispos condenam atos de força e arbitrariedade, defendendo o direito de defesa aos acusados.

Após esse documento, várias foram as notas emitidas pela Congregação repudiando a prisão de religiosos e de membros de movimentos de base da igreja, tais como a JUC (Juventude Universitária Católica) e a JOC (Juventude Operária Católica), durante o Estado Autoritário Brasileiro², sob acusação de subversão.

² Ao conceituar o regime da época como *autoritário*, sobretudo depois do AI-5 (13/12/68), Cardoso o faz com base num conjunto de características: “centralização crescente em desmedro do espírito federativo; preponderância do executivo sobre outros poderes; convivência entre a ordem jurídica (existe uma constituição) e o arbítrio corporificado no AI-5; censura à imprensa; condicionamento da cultura” (CARDOSO, 1975, p. 188).

As discussões e publicações da CNBB priorizam os problemas sociais. Nesse sentido, promovem-se, historicamente, diálogos sobre como superar as desigualdades e promover uma sociedade mais justa e solidária. Em termos econômicos, essa postura se concretiza por uma reação contrária ao pensamento neoliberal. Em termos políticos e sociais, tem-se um posicionamento contrário ao autoritarismo e uma defesa aos direitos humanos, sobretudo, das pessoas menos favorecidas. Esses posicionamentos são responsáveis por discursos materializados em artigos e notas que são divulgados no site da CNBB, lidos nas missas e em outros eventos católicos, publicados nas suas redes sociais, além de serem compartilhados por milhares de usuários.

3 Um clamor pela Amazônia: a organização argumentativa da nota da CNBB

A nota da CNBB que é objeto de nossa análise se inscreve num dispositivo argumentativo em cujo centro se encontra um sujeito que toma uma posição com relação ao quadro e ao desenvolvimento da argumentação.

A forma particular da argumentação depende da situação de comunicação na qual o sujeito argumentante se encontra. No caso da nota em análise, esta é assinada por dois Arcebispos (Dom Walmor Oliveira, Dom Jaime Spengler), um Bispo (Dom Mário Antônio) e um Bispo Auxiliar (Dom Joel Portella). Eles publicaram primeiramente a nota no site da CNBB, mas depois essa mesma nota foi publicada em redes sociais oficiais da CNBB e, em seguida, foi compartilhada pelos internautas. Ela se destina, portanto, prioritariamente, aos católicos que visualizam o *website* da CNBB, mas pode também ser lida por qualquer internauta. Fica claro no texto que se pretende que ele ecoe em espaços mais diversificados, uma vez que nele se explicita um chamado mais genérico a todas as pessoas, em especial, às autoridades. Essa possibilidade de o discurso se propagar em outros ambientes é potencializada pelo dispositivo utilizado que permite o rápido compartilhamento nas redes sociais digitais.

No documento da CNBB, há um engajamento por parte do enunciador, que se implica no discurso, defendendo sua proposta. São colocados em cena argumentos, e os sujeitos interlocutores são implicados pelo uso da modalidade alocutiva da injunção, correspondendo ao procedimento discursivo de questionamento, como veremos.

O texto é uma conclamação ao fiel e a toda a população, especialmente às autoridades, para que se manifestem e ajam a favor da Amazônia. Na nota defende-se a tese de que a responsabilidade da preservação da Amazônia é de todos nós e se propõe que o problema seja tratado nos parâmetros da chamada “ecologia integral”. O texto comporta um chamamento veemente para que a população e as autoridades se mobilizem em defesa da Amazônia e possui uma dimensão argumentativa em torno da defesa de duas teses principais:

- a devastação da Amazônia não resulta de causas naturais, mas da inescrupulosa ação humana;
- a sobrevivência da Amazônia depende da conscientização e da ação de todos, principalmente das autoridades brasileiras.

Nossa leitura da nota vai focalizar, como já mencionamos, a presença dos procedimentos discursivos, semânticos e de composição.

A identificação dos procedimentos discursivos definidos por Charaudeau (2008) nos permite compreender o percurso argumentativo adotado no texto a fim de defender as teses descritas acima. Do quadro proposto por Charaudeau, destacaremos três procedimentos recorrentes na nota em questão: a definição, o questionamento e a citação. A definição consiste em descrever os traços semânticos que caracterizam uma palavra, num determinado contexto. Na nota, a Amazônia não é considerada apenas como um espaço físico, mas é descrita em toda sua complexidade, levando-se em conta sua constituição “multiétnica, multicultural e multireligiosa”. Por meio de sintagmas nominais tais como “precioso território”, “rico tesouro de sua fauna, flora e recursos hidrominerais”, desenha-se um cenário quase paradisíaco, que tem sido vítima de agressões. Essas agressões são descritas como altamente nocivas, sendo ameaças para o futuro da região e do mundo, caso não sejam contidas. Tal definição se harmoniza com a proposta de que o meio ambiente deve ser compreendido na perspectiva de uma “economia integral”, conceito cunhado pelo Papa Francisco.

Partindo dessa compreensão, o texto reitera, por meio do questionamento, o apelo para que haja uma mobilização da população e principalmente das autoridades no sentido de se tomarem providências para a preservação da Amazônia. O questionamento é um procedimento discursivo que tem como finalidade, entre outras, a “incitação a fazer” (CHARAUDEAU,

2008, p. 242), colocando em evidência uma necessidade e solicitando uma solução para essa carência. Constata-se aqui o valor performativo do documento em questão, que tem como finalidade não apenas tornar pública uma situação e expressar uma insatisfação diante dela, mas também cobrar providências por parte dos responsáveis. O excerto abaixo exemplifica um dos momentos em que o questionamento é adotado:

1. É urgente que os governos dos países amazônicos, especialmente o Brasil, adotem medidas sérias para salvar uma região determinante no equilíbrio ecológico do planeta- a Amazônia.

Tal provocação é marcada, especialmente, pela reiteração da expressão “Levante a voz”, que aparece repetidas vezes ao longo do texto e que o finaliza, como um apelo incomodamente difícil de ignorar.

Para fundamentar essa reivindicação, dando a ela mais credibilidade e legitimidade, recorre-se também à citação. Para Charaudeau, tal procedimento, que participa do fenômeno conhecido como discurso relatado, consiste em reproduzir, com certo grau de fidelidade, falas de outro locutor, para gerar um efeito de autenticidade à argumentação. Nesse sentido, a nota recorre à voz do Papa Francisco, autoridade máxima da Igreja Católica, a fim de chamar a atenção para a importância do tema e dar credibilidade às teses defendidas. É de Francisco o chamamento que sintetiza o conteúdo do texto: “Levante a voz”, como se verifica na seguinte passagem:

2. “Levante a voz” na voz profética do Papa Francisco ao pedir, a todos os que ocupam posições de responsabilidade no campo econômico, político e social: “Sejamos guardiões da criação”.

O recurso à voz do Papa Francisco é especialmente relevante tendo em vista o público ao qual a mensagem preferencialmente se dirige: o fiel católico.

Quanto aos procedimentos semânticos adotados na mensagem, predominam os domínios da verdade, do ético e do pragmático, articulados, respectivamente, para descrever a situação do território amazônico, denunciar responsabilidades e, finalmente, apontar atitudes esperadas diante

de tal situação, a fim de que se possa minimizar as consequências danosas que estão por vir.

O domínio da verdade define os fatos em termos de verdadeiros e falsos. Na nota em questão, são dadas como verdadeiras: a devastação da Amazônia; as causas dessa devastação, que são imputadas a atitudes irresponsáveis e criminosas, e as consequências desse problema, caso não sejam tomadas providências.

O domínio da verdade se materializa em enunciações delocutivas, no formato de declarações, como nos excertos seguintes:

3. O Brasil possui significativa extensão desse precioso território, com o rico tesouro de sua fauna, flora e recursos hidrominerais.

4. Os absurdos incêndios e outras criminosas depredações requerem, agora, posicionamentos adequados e providências urgentes.

5. O meio ambiente precisa ser tratado nos parâmetros da ecologia integral, em sintonia com o ensinamento do Papa Francisco, na sua Carta Encíclica *Laudato si*, sobre o cuidado com a casa comum.

O excerto 3, acima, é uma declaração que incorpora sintagmas nominais que descrevem a Amazônia como “precioso território” e “rico tesouro”. Essas e outras descrições com qualificações subjetivas, tais como “uma região determinante no equilíbrio ecológico do planeta” visam acentuar o valor do território que tem sido ameaçado pelas queimadas e enfatizam a importância da mobilização da população pela sua defesa. A situação dramática pela qual a região passa é retratada no fragmento 4, quando se utilizam os sintagmas definidos “os absurdos incêndios” e “criminosas depredações”. Aqui já se introduz a convicção de que a situação descrita tem origem na ação humana intencional e criminosa.

No fragmento 5, temos uma referência à fala do Papa Francisco, que apresenta o conceito de “ecologia integral”. De acordo com Canção Nova (2019), o:

paradigma da ‘ecologia integral’ é capaz de manter unidos fenômenos e problemas ambientais (aquecimento global, poluição, exaustão dos recursos, desflorestamento etc.) com questões que, normalmente, não são associadas à

agenda ecológica em sentido estrito, como a pobreza, a qualidade de vida nos espaços urbanos ou a problemática dos transportes públicos.

Assim, por meio desse conceito, a Igreja Católica sinaliza a necessidade de se encarar a região amazônica e os problemas que a afetam numa perspectiva mais ampla, que contemple a dimensão humana e social integrada ao problema ambiental.

Constata-se uma inalienável relação do texto com a formação ideológica e discursiva católica, não apenas pelo fato de o texto ser produzido e colocado em circulação por autoridades vinculadas à Igreja Católica, mas pela expressão de posicionamentos que se harmonizam com o pensamento dessa Igreja. A marca mais evidente dessa vinculação é a referência ao conceito de ecologia integral, introduzido pelo Papa, a documentos por ele produzidos na Encíclica *Laudato si* (LS) e ao Sínodo dos bispos sobre a Amazônia. Todos esses dados exercem aqui o papel de argumentos de autoridade, uma vez que o texto se direciona, prioritariamente, ao público católico. Além disso, a ênfase ao cuidado com a população mais pobre e marginalizada, preconizado pela vertente mais progressista da Igreja, também está presente no texto.

Outro procedimento semântico identificado no documento é o uso de valores pertencentes ao domínio do ético, que definem os comportamentos em termos do bem ou do mal, a partir de uma moral externa ou interna. Assim, ao longo do texto, procuram-se evidenciar as causas da devastação da Amazônia, apontando que ela é de responsabilidade de atitudes pouco éticas, irresponsáveis e irracionais. Tal visão é materializada em expressões, tais como:

6. Os absurdos incêndios e outras criminosas depredações requerem, agora, posicionamentos adequados e providências urgentes.

7. “Levante a voz pela Amazônia” é um movimento, agora, indispensável, em contraposição aos entendimentos e escolhas equivocados.

8. (...) descompassos vindos de uma prolongada e equivocada intervenção humana, em que predominam a “cultura do descarte” e a mentalidade extrativista.

Por fim, no domínio do pragmático, as ações passadas e futuras são vistas em termos de suas consequências. Sendo assim, a nota aponta a urgência de providências para que se evitem danos ainda mais desastrosos nos próximos anos. Essa necessidade se concretiza, no texto, por meio de estruturas em que predomina a modalidade alocutiva de injunção, por meio da qual, segundo Charaudeau (2008), o locutor estabelece no seu enunciado uma ação a realizar; impõe essa ação ao interlocutor e atribui a si um estatuto de poder, de autoridade. Na nota, a CNBB interpela a população e as autoridades a “levantarem a voz” e agirem em favor da Amazônia, e o faz em nome de uma instituição que exerce um poder sobre o fiel católico e sobre a sociedade brasileira como um todo.

Há, portanto um apelo à responsabilidade do povo brasileiro e dos seus representantes na defesa e preservação da Amazônia, cobrando-se uma postura firme para solucionar esse problema (excerto 9). Também se apresenta uma crítica àqueles que, em vez de tomarem atitudes concretas para solução do problema, dedicam-se apenas a construir discursos demagógicos a respeito (excerto 10). Essa crítica pode ser interpretada como uma interpelação às autoridades brasileiras que ganha relevância quando se considera que a Igreja Católica é, como vimos acima, uma instância de poder:

9. Os absurdos incêndios e outras criminosas depredações requerem agora, posicionamentos adequados e providências urgentes.

10. É urgente que os governos dos países amazônicos, especialmente o Brasil, adotem medidas sérias para salvar uma região determinante no equilíbrio ecológico do planeta – a Amazônia. Não é hora de desvarios e descabros em juízos e falas.

Verifica-se que o texto promove uma espécie de chamado à mobilização, que está ligado simultaneamente aos domínios da verdade, do ético e do pragmático, descritos acima. O sujeito enunciadador adota, como uma das diretrizes do seu raciocínio, a dedução condicional, pertencente ao eixo do necessário e/ou obrigatório, que, no nosso caso, tem como escopo uma hipótese, combinada com uma generalização. Na nota, ao se referirem à necessidade de todos assumirem a “nobre missão” de proteger a Amazônia, conclui-se que: “Sem assumir esse compromisso, todos sofrerão perdas

irreparáveis.” Recorrendo a Charaudeau (2008), podemos dizer que se trata de um tipo de dedução em que se levanta uma hipótese da qual dependerá o resto da argumentação.

Em alguns momentos, essa relação condicional se manifesta implicitamente, isto é, fugindo de estruturas canônicas tradicionalmente usadas para introduzir uma condição. É o que acontece em:

11. Vamos construir juntos uma nova ordem social e política, à luz dos valores do Evangelho de Jesus, para o bem da humanidade, da Panamazônia, da sociedade brasileira, particularmente dos pobres desta terra.

Nessa passagem integra-se a conclamação à população e às autoridades a uma hipótese, de acordo com a qual se não agirmos em favor dessa nova ordem social e política, toda a humanidade, particularmente os mais pobres, serão prejudicados.

Ao estudar os modos por meio dos quais a obrigação se manifesta, Lyons (1977) aponta algumas características dessa modalidade, que é tradicionalmente reconhecida como “deôntica”. Para o autor, essa modalidade se caracteriza pela necessidade ou possibilidade de ações serem realizadas por agentes moral ou legalmente responsáveis, sejam esses agentes, pessoas ou instituições. Na nota analisada, impõe-se um apelo: “Sejamos guardiões da criação”, apelo esse endereçado a “todos os que ocupam posições de responsabilidade no campo econômico, político e social.”

Sendo assim, trata-se não apenas de se impor uma obrigação, mas de se projetar um efeito ou consequência que será obtido se o ato em questão for concretizado. Nesse sentido, a obrigação mantém uma conexão com o futuro. Finalmente, para o autor, a obrigação procede de alguma origem ou causa.

Analisando a nota da CNBB, constata-se, portanto, que o enunciador, por meio dos domínios da verdade, do ético e do pragmático, articula o fato (a agressão à Amazônia) a suas causas e convoca os agentes capazes de operar mudanças (os governos dos países amazônicos, especialmente o Brasil) para que possam evitar as graves consequências que podem estar por vir.

Quanto aos procedimentos de composição, a nota apresenta uma estrutura marcada por um começo, em que há a exaltação da Amazônia e de sua importância material e humana. A isso se segue um desenvolvimento em

que se conjugam a exposição de causas das agressões à região e de suas consequências associadas ao apelo por ações. E, ao longo de todo o texto, há reiterados apelos que insistem na urgência de providências em favor da preservação da região, com forte apelo emocional, especialmente no final da nota. Para todos esses três estágios (o fato, as causas e as consequências), são utilizadas expressões que sugerem a urgência das providências, como as destacadas nos excertos abaixo:

12.O povo brasileiro, seus representantes e servidores **têm a maior responsabilidade** na defesa e preservação de toda a região amazônica.

13.Os absurdos incêndios e outras criminosas depredações **requerem, agora, posicionamentos adequados e providências urgentes**. O meio ambiente precisa ser tratado nos parâmetros da ecologia integral [...].

14.“Levante a voz pela Amazônia” é um movimento, agora, **indispensável** [...].”

15.**É urgente que** os governos dos países amazônicos, especialmente o Brasil, adotem medidas sérias para salvar uma região determinante no equilíbrio ecológico do planeta – a Amazônia.

16.**É indispensável** para promovermos e preservarmos a vida na Amazônia e em todos os outros lugares do Brasil. Em diálogos e entendimentos lúcidos, que se “levante a voz”!

Reafirmamos a presença, ao longo da nota, de índices que nos permitem identificar a orientação social e política da mensagem e sua vinculação à formação discursiva católica. Essa vinculação é verificada não só pela referência explícita ao Papa Francisco (excerto 17), a citações a documentos da Igreja e ao Sínodo da Amazônia (excertos 18 e 19, respectivamente), mas também pela inspiração no Evangelho, que, para os cristãos, promoveria a visão de que somos todos irmãos, o que nos aproximaria das populações diretamente atingidas pela destruição na região amazônica. Os excertos seguintes exemplificam tal vinculação:

17.“Levante a voz” na voz profética do Papa Francisco ao pedir, a todos os que ocupam posições de responsabilidade no campo econômico, político e social: “Sejamos guardiões da criação”.

18. O meio ambiente precisa ser tratado nos parâmetros da ecologia integral, em sintonia com o ensinamento do Papa Francisco, na sua Carta Encíclica *Laudato si*, sobre o cuidado com a casa comum.

19. O Sínodo dos bispos sobre a Amazônia, em outubro próximo, [...] é sinal de esperança e fonte de indicações importantes no dever de preservar a vida, a partir do respeito ao meio ambiente.

Além disso, o compromisso social e político da Igreja se materializa pela responsabilização de alguns agentes e por propostas de ações que tenham como objetivo não remediar as agressões ao meio ambiente, mas preveni-las, por meio de uma política que vise preservar a região em sua integralidade, o que inclui não apenas sua fauna e flora, mas “as dinâmicas sociais e institucionais em todos os níveis”, em sintonia com o conceito de “ecologia integral”, introduzido pelo Papa Francisco.

Considerações finais

A presente análise nos permitiu verificar como o discurso se constrói a partir da atividade da instância de produção, que adota procedimentos argumentativos que revelam o seu engajamento e podem vir a levar o público a compartilhar informações, crenças e valores que poderão repercutir em ações concretas.

A nota focalizada nesse artigo é um importante documento em que a Igreja assume um posicionamento explícito em favor da Amazônia, apontando responsabilidades pela grave situação da devastação do território amazônico e cobrando soluções. Procuramos evidenciar, no presente estudo, como é construído esse percurso, por meio da análise de componentes da organização argumentativa, especificamente os procedimentos discursivos, semânticos e de composição que são adotados pelo enunciador. Legitimando-se por meio da citação de documentos da Igreja Católica e de pronunciamentos do Papa Francisco, a nota adota a definição de “ecologia integral” a fim de conceber a Amazônia em toda sua complexidade étnica e cultural. A partir dessa visão, cobram-se atitudes das autoridades para minimizar as agressões que se abatem sobre a região. Recorrendo aos procedimentos semânticos da verdade, do ético e do pragmático, o locutor

traça um percurso que parte da descrição da situação amazônica para uma cobrança por mobilização da população e atitudes dos governantes.

Observamos que, por meio desse documento, a Igreja se posiciona como uma voz que procura conscientizar a população e as autoridades, opondo-se a uma política em que o desenvolvimento sustentável deixa de ser uma prioridade. Apesar das dissonâncias dentro da própria instituição, esse tipo de manifestação coloca a Igreja Católica numa posição diferenciada em relação a outras igrejas cristãs no Brasil (como grande parte das Igrejas Evangélicas) e traz à cena um discurso de oposição contra uma tendência neoliberal que vem sendo implantada no Brasil e que coloca o interesse econômico acima das questões sociais e ambientais.

Embora esse trabalho tenha focalizado apenas uma nota da CNBB, acreditamos que esse estudo pode nos ajudar a compreender a visão da Igreja Católica sobre a atual conjuntura social e política brasileira.

Referências

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 7.ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Suisse d'une théorie de la pratique**. Paris: Librairie Droz, 1973.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CANÇÃO NOVA. **Você sabe o que é ecologia integral?** Disponível em <https://formacao.cancaonova.com/atualidade/meio-ambiente/voce-sabe-o-que-e-ecologia-integral/>. Acesso em: 14 set. 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

CHARAUDEAU, Patrick. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, 1992.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**. Os modos de organização. Coordenação da equipe de tradução: Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

CORDONHA, José. **A igreja católica nos “anos de chumbo”**: resistência e deslegitimação do Estado Autoritário Brasileiro 1968-1974. 2011. 543 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em <https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/3327/1/Jose%20Cardonha.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

LEMOS, Carolina Teles. **Religião, gênero e sexualidade**. O lugar da mulher na família camponesa. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

LYONS, John. **Semântica**. Tradução: Marilda Winkler Averbug. Lisboa: Presença, 1977.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni P. Orlandi et al. 4.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009 [1975].

Van DIJK, Teun. **Discurso e poder**. Tradução: Judith Hoffnagel e Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2008.

Anexo - Nota da CNBB

O povo brasileiro, seus representantes e servidores têm a maior responsabilidade na defesa e preservação de toda a região amazônica. O Brasil possui significativa extensão desse precioso território, com o rico tesouro de sua fauna, flora e recursos hidrominerais. Os absurdos incêndios e outras criminosas depredações requerem, agora, posicionamentos adequados e providências urgentes. O meio ambiente precisa ser tratado nos parâmetros da ecologia integral, em sintonia com o ensinamento do Papa Francisco, na sua Carta Encíclica *Laudato si*, sobre o cuidado com a casa comum.

“Levante a voz pela Amazônia” é um movimento, agora, indispensável, em contraposição aos entendimentos e escolhas equivocados. A gravidade da tragédia das queimadas e outras situações irracionais e gananciosas, com impactos de grandes proporções, local e planetária, requerem que, construtivamente, sensibilizando e corrigindo rumos, se levante a voz.

É hora de falar, escolher e agir com equilíbrio e responsabilidade, para que todos assumam a nobre missão de proteger a Amazônia, respeitando o meio ambiente, os povos tradicionais, os indígenas, de quem somos irmãos. Sem assumir esse compromisso, todos sofrerão com perdas irreparáveis.

O Sínodo dos bispos sobre a Amazônia, em outubro próximo, em sintonia amorosa e profética com a convocação do Papa Francisco, no cumprimento da tarefa missionária e da evangelização, é sinal de esperança e fonte de indicações importantes no dever de preservar a vida, a partir do respeito ao meio ambiente.

“Levante a voz” para esclarecer, indicar e agir diferente, superar os descompassos vindos de uma prolongada e equivocada intervenção humana, em que predominam a “cultura do descarte” e a mentalidade extrativista. A Amazônia é uma região de rica biodiversidade, multiétnica, multicultural e multirreligiosa, espelho de toda a humanidade que, em defesa da vida, exige mudanças estruturais e pessoais de todos os seres humanos, Estados e da Igreja.

É urgente que os governos dos países amazônicos, especialmente o Brasil, adotem medidas sérias para salvar uma região determinante no equilíbrio ecológico do planeta – a Amazônia. Não é hora de desvarios e descalabros em juízos e falas. “Levante a voz” na voz profética do Papa Francisco ao pedir, a todos os que ocupam posições de responsabilidade no campo econômico, político e social: “Sejamos guardiões da criação”.

Vamos construir juntos uma nova ordem social e política, à luz dos valores do Evangelho de Jesus, para o bem da humanidade, da Panamazônia, da sociedade brasileira, particularmente dos pobres desta terra. É indispensável para promovermos e preservarmos a vida na Amazônia e em todos os outros lugares do Brasil. Em diálogos e entendimentos lúcidos, que se “levante a voz”!

Brasília-DF, 23 de agosto de 2019